WATER FORWARD

Republic of Mozambique Water Compact

2026–2036



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS,
HABITAÇÃO E RECURSOS HÍDRICOS

ProÁguaS 2026-2036

COMPACTO NACIOAL DE SEGURAÇA HÍDRICA

"Segurança hídrica para o futuro sustentável de Moçambique"

MAIO DE 2026



Organizador

MOPHRH

Parceiro

WORLD BANK GROUP

Patrocinadores

WaterAid

unicef

Mensagem do Presidente



O Compacto Nacional de Segurança Hídrica - ProÁguaS 2026 - 2036 é o instrumento que concretiza o compromisso do nosso Governo com o povo moçambicano, que passa por melhor serviço de abastecimento de água e saneamento, bem como melhor gestão dos recursos hídricos de que o país dispõe.

O ProÁguaS nasce num momento em que convergem três realidades: (i) a consciência dos défices que precisamos superar, (ii) a determinação política de os enfrentar com reformas estruturais profundas, e (iii) os instrumentos necessários para mobilizar financiamento em escala: **público, privado e climático**.

Durante décadas, muitas comunidades moçambicanas aprenderam a viver entre dois extremos igualmente difíceis: a escassez da água e a força destrutiva das cheias e ciclones. Famílias inteiras dependeram da incerteza das chuvas para produzir alimentos, estudar, cuidar da saúde e construir o seu futuro. O nosso compromisso histórico é transformar essa vulnerabilidade em segurança, desenvolvimento e prosperidade partilhada.

Através do **NEXUS água – alimentos – energia,** o **ProÁguaS** liga a segurança hídrica à expansão da produção agrícola, à geração de energia e à atracção de investimento produtivo, criando oportunidades para todos os moçambicanos, na cidade, nos campos em todas províncias do país.

Não haverá independência económica sem segurança hídrica. Não haverá industrialização sustentável, agricultura moderna, cidades resilientes ou transição energética inclusiva sem água segura e infra-estruturas hídricas robustas. Por isso, o **ProÁguaS** deve ser entendido como uma das bases estruturantes da transformação económica de Moçambique.

Neste documento apresentamos a nossa visão, bem como as metas concretas que pretendemos hídricos para reduzir as assimetrias entre as zonas rurais e urbanas. Província por província, identificamos os principais desafios, as janelas de oportunidade para investimentos e os caminhos necessários para um melhor desempenho do sector.

Embora alguns avanços já tenham sido alcançados, é necessário fazer mais e melhor, sobretudo por aqueles que continuam a sofrer com a escassez ou os efeitos extremos da água. A água deve deixar de ser um problema, tanto nos períodos de seca como nos momentos de excesso.

Queremos aliviar o peso que durante muitos anos recaiu sobre milhares de mulheres, jovens e crianças que percorrem longas distâncias à procura de água. Queremos escolas com água segura, unidades sanitárias mais resilientes, comunidades mais protegidas contra secas e inundações, agricultores com maior capacidade produtiva e cidades preparadas para crescer com sustentabilidade.

Pretendemos, de forma articulada, integrada e robusta, assegurar uma gestão mais eficiente, sustentável e resiliente dos recursos hídricos, contribuindo para o desenvolvimento social e económico do país.

O conceito, os objectivos e os resultados esperados dentro do **ProÁguaS,** reflectem uma consulta e auscultação profunda a vários actores sociais que ajudaram a construir este pensamento estratégico, que vai nos levar a alcançar resultados melhores no sector de abastecimento de água e saneamento.

O caminho é longo para o governo caminhar sozinho, por isso queremos convidar a todos parceiros, investidores e demais intervenientes a juntarem-se a este esforço colectivo, apoiando e investindo com base na informação aqui disponível, quer seja no abastecimento de água e saneamento, bem como na gestão dos recursos hídricos, contribuindo para um futuro mais resiliente, inclusivo e sustentável para todos.

A água é vida. É também um activo estratégico nacional, da mesma natureza que a energia, as infraestruturas e os recursos minerais. É soberania, estabilidade social, segurança alimentar, saúde pública e competitividade económica. Por isso, o Governo de Moçambique assume com esta estratégia um compromisso de uma década: **gerir este activo com rigor, expandi-lo com ambição e garantir que serve todos os moçambicanos. Queremos expandir a rede de abastecimento de água e saneamento para as nossas populações; construir mais barragens, para garantir o consumo doméstico, produção de energia, abastecer a indústria e a agricultura.**

Com o **ProÁguaS,** construímos as bases para que o sector inspire confiança. Aos nossos parceiros e investidores, a mensagem é inequívoca: **Moçambique está a construir um quadro institucional robustos, mais previsível, transparente e orientado para resultados, capaz de mobilizar e acolher financiamento público, privado e climático em escala.** O sector da água em Moçambique deve tornar-se um espaço de confiança, inovação e investimento sustentável de longo prazo.

O sucesso desta agenda exige um esforço conjunto e coordenado entre o Governo central, os governos provinciais e distritais, e as Autarquias Locais, bem como o sector privado nacional e internacional, a sociedade civil; os parceiros de cooperação e as comunidades locais.

O verdadeiro sucesso desta estratégia não será medido apenas pelo número de sistemas construídos, barragens erguidas ou quilómetros de rede instalados. Será medido pela tranquilidade de uma mãe que encontra água perto de casa; pela criança que pode estudar em condições dignas; pelo agricultor que aumenta a sua produção; pela comunidade que deixa de viver sob ameaça permanente da seca ou das cheias.

Queremos um Moçambique onde nenhuma comunidade fique condenada à escassez de água; onde as nossas cidades cresçam com dignidade e saneamento adequado; onde os nossos agricultores possam produzir com maior segurança; e onde as futuras gerações encontrem um país mais resiliente, preparado e sustentável.

Porque o futuro de Moçambique constrói-se com água segura, saneamento digno e segurança hídrica para todos.

E é com esta convicção que assumimos o compromisso de transformar o **ProÁguaS** numa agenda nacional de desenvolvimento, prosperidade e independência económica.

Vamos Trabalhar!



Daniel Francisco Chapo

Presidente da República de Moçambique

Maputo, 18 de Maio de 2026

ÍNDICE

Mensagem do Presidente 1
Lista de Acrónimos e Abreviações 1
Sumário Executivo 1
Assimetrias Estruturais do Sector 1
A Janela de Oportunidade 2
A Nova Arquitectura Institucional 2
Os Cinco Pilares 3
Arquitectura de Financiamento 3
Metas do Compacto — Indicadores-Chave 4
CAPÍTULO 1 — Enquadramento do Compacto 5
1.1 Antecedentes e Desenvolvimentos Chave 5
1.2 Racional e Visão Estratégica 5
1.3 Objectivos, Metas e Indicadores de Progresso 6
1.4 Oportunidades de Desenvolvimento Social e Económico 6
1.5 Princípios Orientadores 7
1.6 Alinhamento com Políticas Nacionais e Internacionais 7
CAPÍTULO 2 — Os Compromissos 9
Gestão da Transição Institucional 10
CAPÍTULO 3 — Arquitectura de Financiamento e Investimento 2
3.1 Quadro Indicativo de Financiamento 2
3.2 Instrumentos e Modalidades de Mobilização de Recursos 2
3.3 Fluxo de Fundos: Arquitectura do FIPAAS FP como Nó Central 3
3.4 Programa de Investimentos: Desagregação por Província (Pilares II e III) 3
3.5 Investimento Institucional por Pilar 4
CAPÍTULO 4 — Governação, Roadmap, Resultados e Monitoria 6
4.1 Arquitectura de Governação 6
4.2 Gestão da Economia Política da Reforma 6

4.3 Roadmap de Implementação 7

4.4 Quadro de Resultados e Indicadores 8

4.5. Gestão de Riscos e Salvaguardas 10

4.6. Monitoria, Avaliação e Reporte 11

4.7 Quadro Lógico de Resultados 13

Anexos 17

Lista de Acrónimos e Abreviações

Acrónimo	Descrição	Acrónimo	Descrição
AAS	Abastecimento de Água e Saneamento	**KfW**	Banco de Desenvolvimento Alemão
AdeM IP	Águas de Moçambique, Instituto Público	**LDCF**	Least Developed Countries Fund / Fundo para os Países Menos Desenvolvidos
AFD	Agence Française de Développement / Agência Francesa de Desenvolvimento	**LIMCOM**	Comissão do Rio Limpopo
AIAS	Administração de Infraestruturas de Água e Saneamento (entidade predecessora)	**M&A**	Monitoria e Avaliação
ARAs	Administrações Regionais de Águas (ARA-Norte, ARA-Centro e ARA-Sul)	**MDB**	Multilateral Development Bank / Banco Multilateral de Desenvolvimento
AUDA-NEPAD	African Union Development Agency – New Partnership for Africa's Development	**MIGA**	Multilateral Investment Guarantee Agency / Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
AURAS	Autoridade Reguladora de Águas e Saneamento	**MOPHRH**	Ministério de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento	**MozWIP/GWPSA**	Mozambique Water Investment Programme / Global Water Partnership Southern Africa
BEI	Banco Europeu de Investimento	**MRV**	Monitoring, Reporting and Verification / Monitorização, Reporte e Verificação
BM	Banco Mundial	**NBS**	Nature-Based Solutions / Soluções Baseadas na Natureza

Acrónimo	Descrição	Acrónimo	Descrição
BUPUSACOM	Comissão do Rio Buzi, Pungúé e Save	**NDC**	Nationally Determined Contribution / Contribuição Determinada a Nível Nacional
CA	Conselho de Acompanhamento (presidido pelo Ministro MOPHRH)	**NRW**	Non-Revenue Water / Água Não Faturada
CAA	Comissão de Acompanhamento Alargado	**ODA**	Official Development Assistance / Ajuda Pública ao Desenvolvimento
CIRDI	Centro Internacional para Resolução de Diferendos em Investimentos	**ODS**	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
DNAAS	Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento	**PBC**	Performance-Based Contract / Contrato Baseado em Desempenho
DNGRH	Direcção Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos e Hidrologia	**PIC**	Programa de Investimentos do Compacto
DOPPHRH	Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação	**PNRH**	Plano Nacional de Recursos Hídricos
ENDE	Estratégia Nacional de Desenvolvimento	**PPP**	Public-Private Partnership / Parceria Público-Privada
ESG	Environmental, Social and Governance / Ambiental, Social e de Governança	**PQG**	Programa Quinquenal do Governo
EWS	Early Warning System / Sistema de Aviso Prévio	**ProÁguaS**	Compacto Nacional de Segurança Hídrica 2026–2036
FIPAAS FP	Fundo de Investimentos e Património para o AAS, Fundo Público	**PRONASAR**	Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural
FIPAG	Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (entidade predecessora)	**QAD**	Quadro de Avaliação de Desempenho
FLID	Farmer-Led Irrigation Development / Irrigação Liderada pelo Agricultor	**RAC**	Reunião Anual Conjunta

Acrónimo	Descrição	Acrónimo	Descrição
FPA	Fornecedores Privados de Água	**RADS**	Relatório Anual de Desempenho do Serviço
GCF	Green Climate Fund / Fundo Verde para o Clima	**R/OPEX**	Rácio Receita Faturada / Custos Operacionais
GEF	Global Environment Facility / Fundo para o Ambiente Mundial	**SADC**	Southern African Development Community
GIRH	Gestão Integrada de Recursos Hídricos	**SDPI**	Serviços Distritais de Planificação e Infraestrutura
GRH	Gestão de Recursos Hídricos	**UPAAS, SA**	Unidades Provinciais de Abastecimento de Água e Saneamento, Sociedades Anónimas
IDA	International Development Association / Associação Internacional de Desenvolvimento	**VGF**	Viability Gap Funding / Financiamento de Lacuna de Viabilidade
IFC	International Finance Corporation / Corporação Financeira Internacional	**WASH**	Water, Sanitation and Hygiene / Água, Saneamento e Higiene
IFI	International Financial Institution / Instituição Financeira Internacional	**WBG**	World Bank Group / Grupo Banco Mundial
IFRS	International Financial Reporting Standards	**ZAMCOM**	Comissão do Rio Zambeze
IPSAS	International Public Sector Accounting Standards		

Sumário Executivo

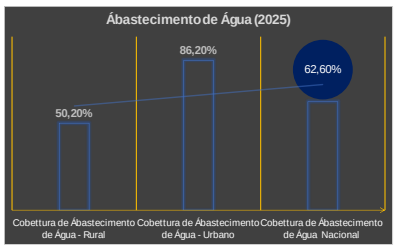
A Estratégia Nacional de Segurança Hídrica ProÁguaS 2026–2036 é a resposta do Governo de Moçambique ao imperativo de assegurar que a água seja um motor do desenvolvimento económico, da resiliência climática e da inclusão social. A estratégia operacionaliza a mais profunda reforma institucional do sector desde 1998, cria as condições para mobilizar financiamento em escala e estabelece compromissos verificáveis para os próximos dez anos.

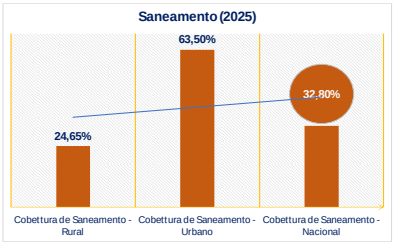
O PONTO DE PARTIDA - DIAGNÓSTICO

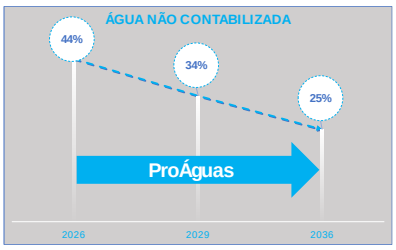
A cobertura de água rural situa-se em 50,2%, contra os 86,2% da urbana. O saneamento rural não chega aos 25% face a 63,5% nas zonas urbanas, evidenciando assimetrias profundas entre zonas urbanas e rurais. A defecação a céu aberto ainda está acima dos 33% em zonas rurais. A água não contabilizada atinge 44% e o fornecimento médio é de apenas 12,7 horas por dia. A capacidade de armazenamento hídrico representa apenas 27% do escoamento médio anual, com 54% deste gerado fora do território nacional. Moçambique é hoje um dos países do mundo mais vulneráveis às alterações climáticas.

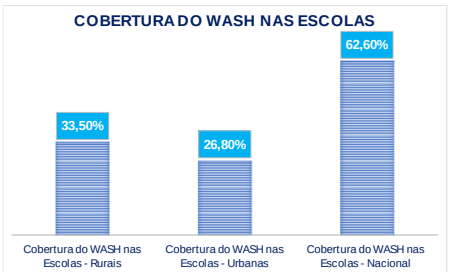
(*Fontes: INE/JMP 2023; RADS AURAS 2024; DNGRH/PNRH 2019*)

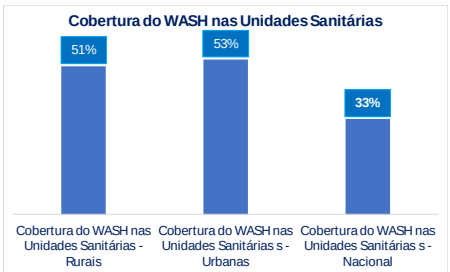
Assimetrias Estruturais do Sector













A Janela de Oportunidade

Pela primeira vez, convergem três condições simultaneamente:

A Lei n.º 9/2024 — cria uma arquitectura institucional clara, com separação funcional entre mobilização de capital, gestão de activos, operação de serviços e regulação, exactamente o modelo que os mercados financeiros e os fundos climáticos exigem como pré-requisito de entrada.

A Adesão à Iniciativa AUDA-NEPAD — na Cimeira da União Africana de Fevereiro de 2026, insere esta reforma num quadro continental de alto nível, ampliando as possibilidades de financiamento multilateral.

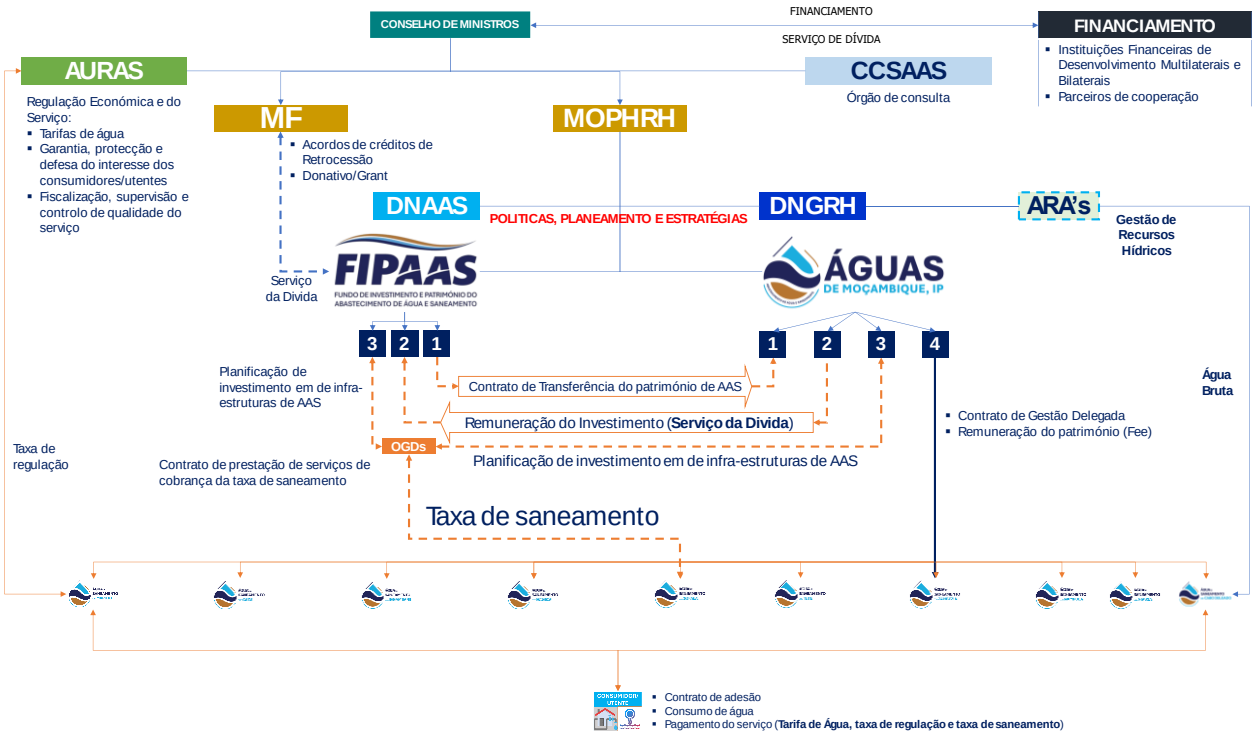
Instrumentos sem precedente — financiamento climático internacional, *blended finance* com fundo de primeira perda e parcerias público-privadas com garantias de investimento estão agora formalmente acessíveis.

A Nova Arquitectura Institucional



O **FIPAAS, FP** centraliza a mobilização de capital e a programação dos investimentos; a **AdeM ,IP** gere os activos e actua como cedente único nas parcerias com o sector privado; as **10 UPAAS, SA** asseguram a operação provincial dos serviços de água e saneamento em percurso de prontidão creditícia; a **AURAS** exerce a regulação independente e a protecção dos consumidores; a **DNAAS** lidera as políticas, normas técnicas e coordenação do WASH; a **DNGRH** define a estratégia de recursos hídricos, cooperação transfronteiriça e enquadramento para financiamento climático; e as **ARA's** asseguram a gestão operacional integrada dos recursos hídricos.

Esta separação funcional, inexistente até 2024, cria as condições estruturais para mobilizar fundos públicos, capital privado, financiamento climático e parcerias público-privadas de forma credível e bancável.



Os Cinco Pilares

A estratégia organiza-se em 5 pilares interdependentes: (I) Fortalecimento institucional e regulação; (II) Gestão de recursos hídricos e resiliência climática; (III) Expansão da cobertura e qualidade dos serviços; (IV) Sustentabilidade operacional e financeira; e (V) Mobilização de capital privado, *blended finance* e financiamento climático. Os pilares formam uma cadeia de valor: a solidez do Pilar I cria as condições de confiança sem as quais os investimentos dos Pilares II e III não são bancáveis.

Arquitectura de Financiamento

O financiamento dos projectos e actividades assenta na seguinte arquitectura estratégica, combinando:

- → Orçamento do Estado e financiamento concessional multilateral (IDA, KfW, AFD, BEI, BAD) — USD 594M identificados;
- → Financiamento climático (GCF/GEF/LDCF) — potencial USD 400–600M; acreditação em curso;
- → Blended finance com fundo de primeira perda — capitalização com doadores bilaterais (2028);

→ PPPs com garantias MIGA — meta: ≥5 contratos activos até 2030.

O retorno dos investimentos justifica a escala almejada: cada dólar investido em água e saneamento gera USD 4–12 em retorno económico (OMS/BM). O NEXUS Água–Alimento–Energia alavanca os ganhos para a segurança alimentar, produção energética e atracção de investimento produtivo.

Metas do Compacto — Indicadores-Chave

Indicador	Base 2026	Meta 2029	Horizonte 2036
Cobertura água nacional	62,6%	**68%**	**75%**
Cobertura água rural	50,2%	**56%**	**65%**
Cobertura água urbana	86,2%	**90%**	**92%**
Cobertura saneamento nacional	38,2%	**44%**	**60%**
Cobertura saneamento rural	24,6%	**32%**	**54%**
Saneamento Urbano	63.5%	65.0%	70%
Defecação a céu aberto (nacional)	24,3%	**16,9%**	**0%**
Horas de fornecimento/dia	12,7h	**13,7h**	**16,0h**
Água não contabilizada (NRW)	44%	**35%**	**25%**
Taxa de cobrança de facturas	72%	**80%**	**90%**
R/OPEX (cobertura de custos)	1,16	**1,25**	**1,30**
WASH nas escolas	31,9%	**50%**	**100%**
WASH nas unidades sanitárias	51,6%	**100%**	**100%**
Contratos PPP activos (MIGA)	0	0	**≥ 5**
Financiamento climático mobilizado	0	Em acreditação	**USD 400–600M**

CAPÍTULO 1 — Enquadramento do Compacto

1.1 Antecedentes e Desenvolvimentos Chave



A reforma mais abrangente do sector de águas moçambicano desde 1998 foi desencadeada pela aprovação da **Lei n.º 9/2024, de 7 de Junho**, que estabelece a separação funcional entre mobilização de capital (FIPAAS FP), propriedade de activos (AdeM IP), operação de serviços (10 UPAAS, SA) e regulação (AURAS), criando as condições institucionais para o financiamento privado e climático. Em Fevereiro de 2026, na Cimeira da União Africana, Moçambique subscreveu a Iniciativa AUDA-NEPAD de aceleração WASH, inserindo a reforma nacional num quadro continental de alto nível. O ProÁguaS é o instrumento que operacionaliza esta reforma em compromissos verificáveis, investimentos sequenciados e resultados mensuráveis para todos os moçambicanos.

1.2 Racional e Visão Estratégica

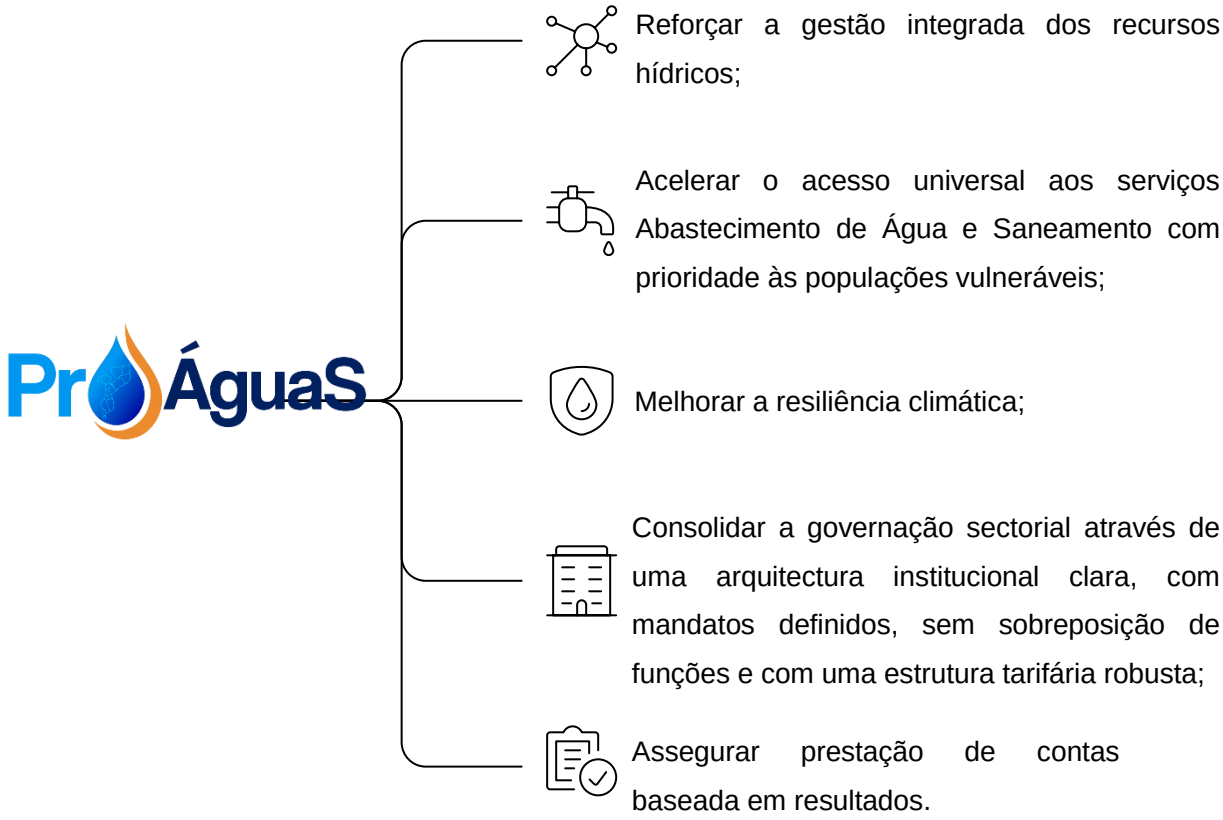
O imperativo de agir resulta de seis realidades convergentes:

- **Pressão demográfica**: +10 milhões de pessoas na próxima década.
- Atraso face às metas ODS: água rural 50%, saneamento 38%.
- **Assimetrias profundas:** urbano 86% vs. rural 50% na água; água 63% vs. saneamento 38%.
- Ineficiência operacional: NRW 44%, 12,7h/dia, cobrança 72%.
- **Vulnerabilidade da segurança hídrica estrutural**: 54% do escoamento gerado fora do território; 194 m³/pessoa/ano de água regularizada (excluindo HCB); Moçambique entre os países mais expostos a ciclones, cheias e secas.
- **Contracção da Ajuda Pública ao Desenvolvimento** — o modelo baseado em donativos é estruturalmente insustentável.

> Transformar o sector de águas num motor de desenvolvimento sustentável, resiliente e inclusivo, mobilizando financiamento público, climático, concessional e privado para acelerar o acesso universal e a sustentabilidade do sector.

1.3 Objectivos, Metas e Indicadores de Progresso

Para o período 2026–2036, o Governo de Moçambique define cinco objectivos estratégicos:



As metas articulam-se com a ENDE 2025–2044, o PQG 2025–2029, o PNRH 2040 e os ODS.

1.4 Oportunidades de Desenvolvimento Social e Económico

Para Moçambique e para os seus parceiros, trata-se de um momento de rentabilidade documentada: cada USD 1 investido em água e saneamento gera **USD 4–12 em retorno económico** (OMS/BM).

A expansão da cobertura rural liberta 40 minutos diários de produtividade por pessoa — com impacto directo na frequência escolar das raparigas e na produtividade agrícola das mulheres.

O NEXUS Água–Alimento–Energia é decisivo: os 50.000 ha de área irrigada adicional até 2036 geram rendimentos 2–4 vezes superiores ao sequeiro, reduzem importações alimentares

estimadas em USD 200–400M anuais e desbloqueiam agro-indústria dependente de água de qualidade.

A nova arquitectura institucional cria, pela primeira vez, as condições que os fundos de infraestruturas e os investidores privados internacionais exigem como pré-requisito de entrada, promovendo simultaneamente conteúdo local, emprego qualificado e integração de empresas nacionais em cadeias de valor sustentáveis.

	NEXUS ÁGUA – ALIMENTOS Dependências bidirecionais entre recursos hídricos e produção alimentar	NEXUS ÁGUA – ENERGIA Interdependências entre disponibilidade hídrica e produção/consumo de energia	NEXUS ALIMENTOS – ENERGIA Fluxos entre sistemas alimentares e energéticos
→ ÁGUA →	**Água → Alimentos** ▸ Agricultura irrigada como pilar da produção alimentar nacional ▸ A qualidade da água constitui um factor crítico para a segurança alimentar e a inocuidade alimentar ▸ Água para processamento, lavagem e conservação de alimentos ▸ Disponibilidade hídrica condiciona extensão de época agrícola	**Água → Energia** ▸ Hidroelectricidade: Cahora Bassa responde por ~80% da energia eléctrica gerada em Moçambique ▸ Variabilidade de caudais afecta directamente a geração eléctrica nacional ▸ Água para arrefecimento de centrais termoeléctricas	**Água → Alimentos + Energia** ▸ Irrigação com bombagem integra os três recursos num único ciclo produtivo ▸ Aquacultura e processamento de pescado dependem de água, energia e cadeia alimentar

1.5 Princípios Orientadores

Um Sector, um Compacto Instrumento único do sector de águas sem fragmentação institucional.	**Liderança Institucional** Mandatos claros sem sobreposição de funções.
Planificação Conjunta Planificação participativa, envolvendo autoridades descentralizadas e parceiros de cooperação.	**Equidade Territorial** Recursos alocados por necessidade; 50% mínimo para zonas rurais.
Sustentabilidade Financeira Estruturas tarifárias viáveis e mecanismos de garantia sempre que necessário.	**Resiliência Climática** Infraestruturas resilientes e gestão eficiente dos recursos hídricos.
Redução da Assimetria PRIORIDADE ao **rural** (vs. urbano) e ao **saneamento** (vs. água).	**Preparação do Futuro** Estudos e projectos para o ciclo pós-2036.

1.6 Alinhamento com Políticas Nacionais e Internacionais

Esta estratégia insere-se num quadro coerente de compromissos nacionais e internacionais:

Constituição da República	ENDE 2025–2044	PQG 2025–2029
PNRH 2040	ODS 6 (Água e Saneamento)	Acordo de Paris
NDC de Moçambique	Protocolo Revisto da Água (SADC)	Iniciativa AUDA-NEPAD



CAPÍTULO 2 — Os Compromissos

O Governo de Moçambique assume cinco áreas de compromisso estratégico, estruturadas em Pilares interdependentes: a solidez institucional do Pilar I cria as condições de confiança sem as quais os investimentos dos Pilares II e III não são bancáveis; a sustentabilidade do Pilar IV determina a capacidade de absorção que o Pilar V exige; e o financiamento privado e climático do Pilar V amplia a escala de execução dos Pilares II e III. A implementação envolve activamente os governos provinciais, distritais e municipais como parceiros de execução de primeiro plano.



I PILAR I — Fortalecimento de Políticas, Instituições e Regulação

Reforma institucional ● Quadro legal ● Regulação (AURAS) ● Capital humano ● Dados

SITUAÇÃO ACTUAL E DESAFIOS	COMPROMISSOS-CHAVE
▸ Lei n.º 9/2024 em curso: FIPAAS FP e AdeM IP com Estatutos Orgânicos por aprovar. ▸ Rácio de cobrança da AURAS deficiente por não-pagamento da taxa regulatória de 3% pelas UPAAS, SA. (*RADS AURAS 2024*) ▸ Capital humano fiduciário concentrado nos técnicos do FIPAG - em risco de perda durante a transição. ▸ Dados operacionais classificados com reservas no RADS 2024 (*Fonte: RADS AURAS 2024*) - compromete atractividade para capital privado.	▸ Estatutos Orgânicos Fundo FIPAAS FP e do Instituto Público AdeM IP - publicação imediata (urgência máxima). ▸ Novo modelo tarifário com mecanismo automático equilibrado; AURAS como garante do equilíbrio financeiro. ▸ Revisão da Lei de Águas n.º 16/91 com integração climática e cooperação transfronteiriça. ▸ Programa AUDA-NEPAD para DNGRH/ARA's em GCF, MRV e capacidade fiduciária climática. ▸ Reforço da AURAS: clearing (3%), unidade PPP especializada e AURAnet operacional. ▸ Academia da Água: ≥3 programas de mestrado/especialização em instituições nacionais até 2036. ▸ Planos plurianuais vinculativos FIPAAS FP ↔ Províncias, Distritos e Municípios. ▸ Reforço do enquadramento institucional e contratual das PPPs, promovendo condições mais robustas para a participação do sector privado.

Gestão da Transição Institucional

A implementação da nova arquitectura institucional prevista na Lei n.º 9/2024 implica uma transição de elevada complexidade técnica, jurídica e operacional. O Compacto adopta o **Plano de Transição (Fevereiro de 2026)** como instrumento de gestão desta fase crítica, sob coordenação da Comissão Técnica Especializada e supervisão da Comissão Técnica Interministerial. Quatro dimensões são prioritárias:



- **Transferência de pessoal** - reenquadramento dos técnicos do FIPAG e restantes colaboradores das entidades extintas nas novas entidades, com preservação das competências fiduciárias e operacionais críticas.
- **Inventário e valorização de activos** - levantamento exaustivo cobrindo sistemas físicos, equipamentos, activos financeiros e passivos herdados das entidades extintas.
- **Transferência e reconhecimento de contratos** - todos os contratos com financiadores externos, operadores privados e fornecedores são formalmente transferidos, com notificação obrigatória nos primeiros 30 dias.
- **Continuidade do serviço** - a operação regular dos sistemas, a cobrança de tarifas e o pagamento de salários e fornecedores mantêm-se sem interrupção durante toda a fase transitória.

II PILAR II — Gestão de Recursos Hídricos e Resiliência Climática

GIRH ● Infra-estrutura multipropósito ● Bacias ● Subterrâneos ● Transfronteiriços ● NBS ● EWS

SITUAÇÃO ACTUAL E DESAFIOS	COMPROMISSOS-CHAVE
▪ Capacidade de armazenamento: 27% do escoamento médio anual - 95% concentrada em Cahora Bassa. ▪ Dependência transfronteiriça: 54% do escoamento gerado fora do território (*PNRH 2019; DNGRH*). ▪ Vulnerabilidade climática: Moçambique no Top 10 mundial de exposição a ciclones, cheias e secas (*ND-GAIN Country Index; Banco Mundial 2023*) ▪ Rede hidrometeorológica abaixo da rede óptima de 333 estações; lacunas em aviso prévio (*DNGRH 2024*). ▪ Infra-estrutura hídrica historicamente concebida para fins únicos - ausência de abordagem GIRH.	▪ 4 grandes barragens multipropósito (Locomue/Niassa, Muera/Cabo Delgado, Macuje/Nampula, Moamba Major/Maputo) — concebidas com funções integradas de abastecimento, irrigação, energia e controlo de cheias. ▪ Preparação dos projectos das barragens de Maguruma, Lúrio, Mugeba, Pavué e Mapai, com avaliação de usos múltiplos. ▪ Integração dos princípios GIRH nos planos de bacia das ARA's. ▪ ~100 represas por província até 2036; protecção de 8 aquíferos estratégicos urbanos com planos de monitoria sistemática, delimitação de zonas de recarga e restrições de uso compatíveis com os planos de ordenamento territorial - articulado com o protocolo MOPHRH-MTA (R8). ▪ Cooperação transfronteiriça: INAMACIOM, LIMCOM. BUPUSACOM e ZAMCOM e; acordos de caudais mínimos. ▪ Expansão da rede hidrometeorológica para 333 estações; EWS integrado. ▪ NBS nos planos de bacia; restauração de ecossistemas; elegibilidade para créditos de carbono. ▪ Reabilitação de 312 km de diques (Maputo, Incomáti, Limpopo, Búzi, Zambeze e Licungo).

III PILAR III — Expansão da Cobertura e Qualidade dos Serviços

Abastecimento urbano ● Abastecimento rural ● Saneamento ● Irrigação FLID ● Qualidade

SITUAÇÃO ACTUAL E DESAFIOS	COMPROMISSOS-CHAVE
▪ Água rural 50,2% vs. urbano 86,2% - gap de 36 p.p. *(INE/JMP 2023)*. ▪ Saneamento nacional 38,2% vs. água 62,6% *(INE/JMP 2023)* - saneamento tem sempre prioridade. ▪ Saneamento rural 24,6% — o indicador mais crítico do sector *(INE/JMP 2023)*. ▪ WASH nas escolas 31,9%; nas unidades sanitárias 51,6% *(MINED/JMP 2023)*: 100% até 2036. ▪ Defecação a céu aberto: 24,3% nacional, 33,6% rural *(INE/JMP 2023)*. - Meta: erradicação até 2036.	▪ PRIORIDADE: água rural (→ 65%) e saneamento (→ 60%); erradicação da defecação a céu aberto; 50% mínimo do investimento sectorial total para rural. ▪ USD 706M no espaço rural e vilas nos próximos 10 anos. ▪ Programa de emergência para eficiência urbana: NRW → 25%, 16h/dia, qualidade → 100%. Investimento imediato: USD 51M. ▪ WASH escolas e unidades sanitárias: 100% até 2036. ▪ Latrinas SATOPAN e fossas sépticas com projectos tipo + assistência técnica às famílias para erradicação da defecação a céu aberto. ▪ Integração de represas com irrigação de pequena escala e consumo humano; elegibilidade GCF/FA. ▪ Governos distritais e municipais como executores de primeiro plano nos programas rurais.



IV PILAR IV — Sustentabilidade Operacional e Financeira

Desempenho das entidades gestoras ● Reforma tarifária ● Recuperação de custos ● Tecnologia

SITUAÇÃO ACTUAL E DESAFIOS	COMPROMISSOS-CHAVE
▪ R/OPEX médio 1,16 (base facturação); sistemas como Pemba (52%) e Maxixe (58%) abaixo do ponto de equilíbrio *(RADS AURAS 2024)*. ▪ Taxa de cobrança 72%: rácio efectivo baseado em receitas cobradas situa-se em ~0,84 — abaixo do limiar bancável *(RADS AURAS 2024)*. ▪ NRW 44% — cada p.p. reduzido ≈ USD 1,5M de receita adicional/ano só em Maputo *(RADS AURAS 2024; Diagnóstico Institucional 2026)*. ▪ AURAS com défice financeiro sistemático 2022–2024 por não-pagamento de taxas regulatórias *(RADS AURAS 2024)*. ▪ Governos distritais e municípios sem dotações orçamentais estáveis para manutenção.	▪ Contratos-Programa PBC AdeM IP ↔ 10 UPAAS, SA com metas vinculativas (eficiência operacional, sustentabilidade financeira e qualidade do serviço). ▪ Prontidão Creditícia: auditorias IPSAS/IFRS, R/OPEX ≥1,2 e relato ESG nas 3 maiores UPAAS, SA. ▪ Reforma tarifária: AURAS garante equilíbrio financeiro e protecção dos consumidores. ▪ Financiamento ARA's: cobrar e reter a Taxa de Água Bruta, reduzindo dependência do OE. ▪ Modernização: telegestão, contadores inteligentes, MIS/SCADA nas UPAAS, SA. ▪ Meta: rating internacional para ≥1 UPAAS, SA até 2029. ▪ Adopção de planos de gestão de activos ao longo do ciclo de vida pela AdeM IP.

V

PILAR V — Participação e Financiamento Privado

Capital Privado ● Blended finance ● PPP ● Financiamento climático ● Parcerias

SITUAÇÃO ACTUAL E DESAFIOS	COMPROMISSOS-CHAVE
▪ Participação privada historicamente limitada: >1.800 FPA's de pequena dimensão, sem MIGA, blended finance ou GCF (*Diagnóstico Institucional 2026; RADS AURAS 2024*). ▪ Barreira estrutural: ausência de separação funcional proprietário/operador, removida pela Lei 9/2024. ▪ Nenhum dos três instrumentos centrais (PPP/MIGA, *blended finance*, GCF) tem precedente no sector. ▪ UPAAS, SA ainda sem critérios de prontidão creditícia; FIPAAS FP sem unidades especializadas *(Diagnóstico Institucional 2026)*.	▪ ≥5 contratos PPP com garantias MIGA e arbitragem CIRDI activos até 2030; AdeM IP como cedente único. ▪ *Blended finance* em 3 camadas: (i) subvenções/donativos bilaterais como fundo de primeira perda; (ii) dívida concessional IFI (IDA, BEI, AFD, KfW); (iii) capital privado comercial atraído pela protecção das camadas anteriores. ▪ GCF/GEF: potencial USD 400–600M; acreditação via MozWIP/GWPSA (2028). ▪ 3 unidades especializadas FIPAAS FP: GCF/FA │ PPP/MIGA/CIRDI │ *Blended finance* (T3 2027). ▪ Enquadramento regulatório para ~1.800 FPA's e operadores de pequena dimensão; integração no AURAnet. ▪ CAA semestral + roadshows anuais para investidores; «um sector, um Compacto».

CAPÍTULO 3 — Arquitectura de Financiamento e Investimento

3.1 Quadro Indicativo de Financiamento

A despesa pública actual em AAS representa apenas 0,75% do PIB, as tarifas praticadas correspondem a 24% da média regional, evidenciando um subfinanciamento estrutural face à necessidade. A estratégia organiza-se em investimento em infraestrutura (Pilares II e III) e investimento institucional e de capacitação (Pilares I, IV e V).

Pilar	Necessidade	Mobilizado	Por Mobilizar	Fontes Prioritárias
I Políticas e Instituições	~16,2M	~7,0M	~9,2M	OE, IDA/BM, KfW, AFD, GCF Readiness
II Recursos Hídricos	~1,767.81 M	284,04	1,543.77 M	GCF, GEF, BM, BAD, PB, KOICA
III Expansão da Cobertura	~2,7222.72 M+	~463.47 M	~2,258.51M+	FIPAAS FP, IDA, BEI, AFD, KfW, BAD, Itália
IV Sustentabilidade	~3–7,5M	~0,4M	~2,6–7,1M	OE, IDA/BM (MUWS P178653), receitas UPAAS, SA
V Financiamento Privado	~15,7–53,7M	0	~15,7–53,7M	IFC, MIGA, capital privado, doadores bilaterais
Total	**4,593.75 M**	**703.30 M**	**3,889.58 M**	

3.2 Instrumentos e Modalidades de Mobilização de Recursos

O FIPAAS, FP centraliza a mobilização financeira do sector, capitalizando a experiência fiduciária e de gestão de investimentos herdada do FIPAG. A nova arquitectura institucional, mantendo como prioridade o financiamento público e os donativos, cria simultaneamente as condições para acesso formal a três instrumentos de financiamento até agora inexistentes no sector:

- **Blended finance** com fundo de primeira perda - 3 camadas: subvenções bilaterais + dívida concessional IFI + capital privado comercial.
- **Financiamento climático GCF/GEF/LDCF** — potencial USD 400–600M; acreditação via MozWIP/GWPSA (2028).
- **PPPs com garantias MIGA** — meta: ≥5 contratos em 2030; AdeM IP como cedente único; arbitragem CIRDI.

A prontidão é sequenciada: as 3 unidades especializadas do FIPAAS, FP (T3 2027) e o percurso de *prontidão creditícia* das UPAAS, SA são as condições-chave. Os governos provinciais e municipais participam na programação do investimento através de planos plurianuais celebrados com o FIPAAS, FP.

3.3 Fluxo de Fundos: Arquitectura do FIPAAS FP como Nó Central



3.4 Programa de Investimentos: Desagregação por Província (Pilares II e III)

O programa detalhado de investimentos por Pilar e por Província consta do Anexo 1. O investimento em infraestruturas (Pilares II e III – excluindo a componente Institucional) totaliza ~USD 4.490M necessários, com **~USD 3.802M** a mobilizar. Para a componente rural e de vilas, os fundos fluem directamente do FIPAAS FP para os Governos Provinciais, sem intermediação financeira da AdeM IP.

Província	Necessidade MZN 10^6	Necessidade USD 10^6	Assegurado MZN 10^6	Assegurado USD 10^6	A Mobilizar MZN 10^6	A Mobilizar USD 10^6
Niassa	16.498,60	257.79	2,075,82	32,43	14.422,788	225.36
Cabo Delgado	19.990,45	267.33	6.261,367	97.83	13.729,10	169.50
Nampula	43.807,10	684.49	6.286,61	98.23	37.520,49	586.26
Zambézia	38.834,19	606.78	7.470,00	116.72	31.364,19	490.07
Tete	18.761,90	293.16	534.41	8.35	18.227,50	284.80
Manica	17.888,37	279.51	3.371,41	52.68	14.516,96	226.83
Sofala	23.736,27	341.730	4.128,40	64.51	19.607,86	277.22
Inhambane	15.358,72	239.98	500.48	7.82	14.807,04	231.36
Gaza	16.552,23	258,.63	4.005,48	62.59	12.546,75	196.04

Província	Necessidade MZN 10^6	Necessidade USD 10^6	Assegurado MZN 10^6	Assegurado USD 10^6	A Mobilizar MZN 10^6	A Mobilizar USD 10^6
Maputo	69.674,94	1.088,67	9.212,95	143.95	60.461,98	944,72
Transversal (RH)	7.968,19	124.50	153,60	2.40	7.814,59	122.10
Transversal (AAS)	192,00	3.00	0,00	0.00	192,00	3.00
TOTAL	**289.262.94**	**4,490.50**	**44.000,51**	**687.51**	**245.211,24**	**3.802.28**

3.5 Investimento Institucional por Pilar

O investimento em capacitação institucional totaliza ~USD 103M, com **~USD 82M** a mobilizar:

Componente	Orçamento (USD)	Assegurado (USD)	A Mobilizar (USD)
PILAR I — Políticas, Instituições e Regulação			
▸ Operacionalização das Entidades	359.000	350.000	9.000
▸ Mecanismos de Coordenação e Regulação	1.240.000	1.240.000	—
▸ Gestão da Mudança e Conhecimento Institucional	25.600.000	4.000.000	22.600.000
▸ Regulação PPP e Enquadramento de Operadores	1.250.000	650.000	600.000
▸ Transição Institucional e Desenvolvimento AAS	8.600.000	0	8.600.000
SUBTOTAL PILAR I	**37.049.000**	**6.240.000**	**31.809.000**
PILAR II — GRH e Resiliência Climática			
▸ Acreditação e Capacidade Fiduciária Climática	2.700.000	2.700.000	—
▸ Gestão de Projectos e Licenciamento de RH	1.750.000	1.500.000	250.000
SUBTOTAL PILAR II	**4.450.000**	**4.200.000**	**250.000**
PILAR III — Expansão da Cobertura e Qualidade			
▸ Equipas O&M UPAAS, SA — Cobertura Rural e Vilas	485.000	—	485.000
SUBTOTAL PILAR III	**485.000**	**—**	**485.000**
PILAR IV — Sustentabilidade Operacional e Financeira			
▸ Monitorização e Verificação de Desempenho	1.280.000	413.000	867.000
▸ Prontidão Creditícia — Maturidade Financeira UPAAS, SA	6.200.000	5.000.000	1.200.000
SUBTOTAL PILAR IV	**7.480.000**	**5.413.000**	**2.067.000**
PILAR V — Financiamento Privado e Mercado de Capitais			
▸ Capacitação para PPP e Estruturação de Instrumentos	6.200.000	6.200.000	—

Componente	Orçamento (USD)	Assegurado (USD)	A Mobilizar (USD)
▸ Instrumentos de Mercado e Transacções PPP (incluindo Garantias)	47.500.000	—	47.500.000
SUBTOTAL PILAR V	**53.700.000**	**6.200.000**	**47.500.000**
TOTAL GERAL — Capacitação Institucional	**103.164.000**	**22.053.000**	**82.111.000**



CAPÍTULO 4 — Governação, Roadmap, Resultados e Monitoria

4.1 Arquitectura de Governação

A governação mobiliza quatro níveis de responsabilidade. Ao nível central, o **Comité de Acompanhamento (CA)**, presidido pelo Ministro do MOPHRH, supervisiona estrategicamente; a Equipa Executiva e a Comissão Técnica coordenam a implementação; o **CAA semestral** integra os parceiros de desenvolvimento e é distinto da RAC. Ao nível subnacional - e este é um elemento constitutivo da estratégia, não um complemento — os governos provinciais (DOPPHRH), os governos distritais (SDPI) e as autarquias locais têm responsabilidades explícitas de planificação, mobilização de contrapartidas e supervisão dos serviços nos seus territórios.

As UPAAS, SA são responsáveis pela operação técnica e comercial dos sistemas de abastecimento nas cidades e vilas sob regulação da AURAS. As autarquias locais exercem funções de planificação urbana e participam nos planos plurianuais com o FIPAAS FP. As comunidades rurais e os Governos Distritais (SDPI) são os executores de primeiro plano nos programas de água rural e vilas. Os ~1.800 Fornecedores Privados de Água (FPA's) são integrados no AURAnet e enquadrados regulatoriamente pela AURAS.

4.2 Gestão da Economia Política da Reforma

O Governo adopta uma postura de gestão proactiva dos pontos de resistência previsíveis, em três domínios:

Reforma tarifária e protecção dos consumidores. Os aumentos tarifários necessários serão implementados de forma faseada, transparente e com mecanismo de ajustamento automático equilibrado assegurado pela AURAS. O princípio é que a tarifa sobe com a qualidade dos serviços. Os grupos mais vulneráveis beneficiam de tarifas sociais e de ligações subsidiadas.

Reestruturação do pessoal. A transição é gerida pelo Plano de Transição, com o princípio explícito de que nenhum trabalhador perde o emprego por força da reforma. Os técnicos fiduciários do FIPAG são prioritariamente integrados no FIPAAS, FP e na AdeM, IP, com plano de retenção activo durante os primeiros 12 meses.

Entrada do sector privado. O Compacto não impõe a privatização dos serviços. O modelo é de gestão delegada e parceria contratual - o Estado permanece proprietário dos activos através da AdeM IP. A entrada do sector privado é voluntária, competitiva e regulada pela AURAS.

4.3 Roadmap de Implementação

O Roadmap estrutura-se em quatro clusters cronológicos, com indicadores de cumprimento verificáveis:

Pilar	Actividade	Indicador de Cumprimento	Responsável	Prazo
CURTO PRAZO (2026) — EXISTÊNCIA LEGAL				
Pilar I	Estatutos Orgânicos FIPAAS FP e AdeM IP	Publicação no BR; entidades com NIF, conta bancária e mandato operacional	MOPHRH / CM	URGENTE ⚠
Pilar I	Plano de reenquadramento do pessoal das entidades extintas	Plano aprovado e comunicado antes dos Estatutos Orgânicos	MOPHRH / FIPAAS FP	Imediato
CURTO PRAZO (T1 2027) — Operacionalização Sectorial				
Pilar I	Transferência dos contratos AIAS para a AdeM IP	100% contratos transferidos; continuidade documentada	AdeM IP / DNAAS	T1 2027
Pilar I	Clearing FIPAAS FP → AURAS (taxa regulatória 3%)	Primeira transferência automática; AURAS confirma recepção	FIPAAS FP / AURAS	T1 2027
Pilar IV	Novo Modelo tarifário com mecanismo de ajustamento automático	Mecanismo de revisão em vigor	MOPHRH / AURAS	T1 2027
Pilar I	Regulamentação Taxa de Água Bruta	Regulamento publicado;	AURAS / DNGRH	T1 2027
Pilar I	Regulamento de Titularidade e Transferência de Activos AAS	Regulamento publicado no BR; clarifica propriedade pública e regime PPP	MOPHRH / AdeM IP	T1 2027
Pilar IV	Contratos-Programa PBC AdeM IP ↔ 10 UPAAS, SA	10 contratos assinados com metas vinculativas	AdeM IP / FIPAAS FP	T1 2027
Pilar I	Planos plurianuais vinculativos FIPAAS FP ↔ Governos Provinciais	Planos assinados com as 10 províncias; dotações incluídas nos OGD 2027	FIPAAS FP / MOPHRH / MEF	T2 2027
MÉDIO PRAZO (T2 2026–T3 2027) — Capacitação Institucional				
Pilar I	Programa AUDA-NEPAD (DNGRH/ARAs em GCF, MRV, fiduciária climática)	Contrato assinado; plano de trabalho aprovado com marcos semestrais	DNGRH / ARAs	T2 2026
Pilar I	Unidade de Supervisão PBC e Unidade de Concessões na AdeM IP	Duas unidades operacionais com quadros recrutados	AdeM IP	T3 2027

Pilar	Actividade	Indicador de Cumprimento	Responsável	Prazo
Pilar V	3 Unidades especializadas no FIPAAS FP (GCF/FA | PPP/MIGA | Blended)	Três unidades com responsáveis e procedimentos aprovados e a funcionar	FIPAAS FP / AUDA-NEPAD	T3 2027
Pilar V	Unidade Regulatória PPP na AURAS (≥2 especialistas)	Unidade operacional; metodologia aprovada	AURAS / AUDA-NEPAD	T3 2027
Pilar IV	AURAnet operacional + auditoria independente de dados de base	AURAnet activo; relatório de auditoria emitido ≥6 meses antes de concursos	AURAS / UPAAS, SA	T3 2027
LONGO PRAZO (2027–2030) — Condições de Mercado				
Pilar IV	Auditorias IPSAS/IFRS nas 3 UPAAS, SA âncora	Dois exercícios auditados disponíveis até 2029; relatórios publicados	UPAAS, SA / FIPAAS FP	2027–2029
Pilar V	Acreditação GCF via MozWIP/GWPSA	Acordo de acreditação assinado; primeiro projecto aprovado pelo GCF	FIPAAS FP / DNGRH	2028
Pilar V	Fundo de Primeira Perda no FIPAAS FP com doadores bilaterais	Fundo capitalizado com ≥2 doadores; primeiro desembolso realizado	FIPAAS FP / Doadores	2028
Pilar IV	Programa de prontidão creditícia para 3 maiores UPAAS, SA	Auditorias IFRS, R/OPEX ≥1,2 e relato ESG verificável	FIPAAS FP / AdeM IP	2028
Pilar V	Primeira classificação de crédito por agência internacional	Rating Moody's/S&P para ≥1 UPAAS, SA	UPAAS, SA / FIPAAS FP	2029
Pilar V	Activação de ≥5 contratos PPP com garantias MIGA	5 contratos em execução com verificação independente semestral	FIPAAS FP / AdeM IP	2030

4.4 Quadro de Resultados e Indicadores

Pilar	Indicador	Base 2026	Meta 2029	Meta 2036	Fonte	Instrumento
I Políticas e Instituições e Regulação	Cobertura regulatória - água urbana e vilas	73%	**100%**	**100%**	RADS AURAS	Modelo Regulatório da AURAS e Contrato de Regulação
	Contratos-Programa PBC celebrados	0	**10**	**10**	AdeM IP	PBC AdeM IP ↔ UPAAS, SA (T1 2027)
	UPAAS, SA com auditoria IPSAS/IFRS	0	**3**	**10**	FIPAAS FP	Prontidão Creditícia - FIPAAS FP
II	Capacidade de armazenamento ($10^9 m^3$)	59,2	**59,3**	**60,0**	DNGRH/ARAs	Barragens multipropósito - PIC II

Pilar	Indicador	Base 2026	Meta 2029	Meta 2036	Fonte	Instrumento
Recursos Hídricos e Clima	Dias de antecedência do aviso prévio	4	**5**	**7**	DNGRH	Rede hidromet. 333 est.- DNGRH
	Escoamento transfronteiriço acordado	30%	**32%**	**40%**	DNGRH	Caudais mínimos ZAMCOM/LIMCOM/BUPUSACOM
III Expansão de Serviços de Água e Saneamento	Cobertura água nacional	62,6%	**68%**	**75%**	INE/JMP	PIC III — OE + IDA/BM + MUWS
	Cobertura água rural	50,2%	**56%**	**65%**	INE/JMP	Planos Plurianuais
	Cobertura saneamento nacional	38,2%	**44%**	**60%**	INE/JMP	Planos Plurianuais
	ASH nas escolas	31,9%	**50%**	**100%**	INE	Carta Escolar
IV Sustentabilidade	R/OPEX (cobertura de custos)	1,16	**1,25**	**1,30**	RADS	PBC + Modelo tarifário AURAS
	NRW (água não contabilizada)	44%	**35%**	**25%**	RADS	Contrato-Programa AdeM/UPAAS, SA
	Taxa de cobrança de facturas	72%	**80%**	**90%**	RADS	Contrato-Programa AdeM/UPAAS, SA
	Horas de fornecimento/dia	12,7h	**13,7h**	**16,0h**	RADS	Contrato-Programa AdeM/UPAAS, SA
	Sistemas de AAS com plano de gestão de activos activo	0	**3**	**10**	AdeM IP	Planos de gestão de activos AdeM IP
V Financiamento Privado	Contratos PPP activos com MIGA	0	0	**≥ 5**	FIPAAS FP	PPP/MIGA/CIRDI - FIPAAS FP
	Financiamento climático mobilizado	0	Em acreditação	**USD 400–600M**	FIPAAS FP	Acreditação GCF MozWIP + AUDA-NEPAD
	UPAAS, SA com rating internacional	0	**1**	**3**	FIPAAS FP	Prontidão Creditícia - FIPAAS FP

4.5. Gestão de Riscos e Salvaguardas

#	Risco	Prob.	Impacto	Medida de Mitigação
R1	Atraso publicação Estatutos Orgânicos FIPAAS FP e AdeM IP	Alta	Crítico	Tratar como condição de entrada. Plano de reenquadramento deve preceder os Estatutos. Desbloqueia toda a cadeia do Compacto.
R2	Perda de técnicos do FIPAG, da AIAS e do PRONASAR durante a transição	Alta	Crítico	Aprovação em implementação imediata do plano de reenquadramento com ofertas concretas. (*Fonte: Anexo 6 – Preservação do Capital Humano e Institucional 2026)*
R3	Descontinuidade do PRONASAR e dos projectos em curso com financiadores internacionais	Alta	Alto	Reafectação nominal dos técnicos DNAAS/PRONASAR para FIPAAS FP assegurando continuidade técnica e institucional, clarificando os mecanismos de transição e continuidade dos projectos.
R4	AURAS sem capacidade para receber operadores privados qualificados	Média	Alto	Mecanismo de clearing (taxa 3%), unidade PPP e AURAnet como condições prévias a qualquer concurso de concessão.
R5	ARAs sem capacidade fiduciária para GCF/GEF	Média	Alto	Contratualização urgente do programa AUDA-NEPAD. Iniciar no T2 2026.
R6	Perpetuação da assimetria rural/urbano no investimento	Média	Alto	Protocolo de planificação conjunta com regra verificável de 50% mínimo do investimento sectorial para rural, reportado anualmente no RADS.
R7	Instabilidade institucional por excesso de reformas sobrepostas	Baixa	Alto	Compromisso explícito de estabilidade do quadro institucional 2026–2036; sem reorganizações durante a vigência do Compacto.
R8	Governos provinciais e distritais sem capacidade técnica e orçamental	Média	Alto	Programa explícito de capacitação dos DOPPHRH e SDPI; dotações orçamentais para manutenção nos OGD.
R9	Licenciamentos territoriais incompatíveis com protecção hídrica	Média	Médio	Protocolo MOPHRH-MTA reforçando à necessidade de consulta prévia da DNGRH/ARAs em decisões de licenciamento territorial em zonas de protecção hídrica e de recarga de aquíferos. Cartografia de zonas de recarga e de protecção hídrica a integrar nos instrumentos de gestão territorial (PEOT/PPOT) até 2028.

No plano ambiental e social, o Compacto adopta o quadro ESMF alinhado com os padrões do Banco Mundial, incluindo avaliação de impacto, gestão de reassentamento, consulta comunitária e mecanismo de resolução de reclamações acessível a grupos vulneráveis.



4.6. Monitoria, Avaliação e Reporte

Frequência	Instrumento	Produzido por	Submetido a
Trimestral	Relatório operacional UPAAS, SA	UPAAS, SA	AdeM IP
Trimestral	Relatório de execução provincial	DOPPHRH / SDPI / Municípios	FIPAAS FP / DNAAS
Semestral	Relatório de progresso do Compacto	Equipa Executiva	Comissão Técnica + CAA
Anual	RADS (Relatório Anual de Desempenho)	DNAAS e AURAS	RAC + Parceiros
Anual	Relatório Anual do ProÁguaS	Equipa Executiva	CA + Parceiros
Meio-termo (2030)	**Revisão independente**	**Avaliador externo**	**CA + Governo**

Frequência	Instrumento	Produzido por	Submetido a
Final (2036)	**Avaliação final**	**Avaliador externo**	**CA + Parceiros**

A revisão desta estratégia realiza-se anualmente na RAC e é objecto de avaliação independente de meio-termo em 2030 e de avaliação final em 2036. Revisão extraordinária pode ser desencadeada por alterações macroeconómicas significativas, nova legislação relevante ou incumprimento de condições críticas do Roteiro por dois trimestres consecutivos.

4.7 Quadro Lógico de Resultados

(Pilares I, IV e V)

Hierarquia de Resultados	Indicadores	Linha de Base	Meta	Fonte de Verificação	Pressupostos / Riscos
Pilar I - Políticas, Instituições e Regulação					
Impacto / Objectivo de Desenvolvimento Sector AAS com quadro institucional operacional, juridicamente sustentado e atractivo ao investimento externo	% do investimento sectorial canalizado através do FIPAAS FP / AdeM IP Nº de financiadores com contratos activos com FIPAAS / AdeM	0/6 instrumentos aprovados (2026) 0 contratos com financiadores nas novas entidades	6/6 instrumentos aprovados (2027) ≥3 financiadores com contratos activos (2031)	Boletim da República RADS AURAS Base de dados contratos FIPAAS	Estabilidade política institucional Dotação orçamental para operacionalização das novas entidades
Outcome / Resultado Intermédio - FIPAAS, AdeM e UPAAS operacionais com mandatos clarificados e relações institucionais formalizadas - Integração dos quadros no FIPAAS, AdeM e UPAAS sem disrupção	% de instrumentos de governação aprovados e em vigor Nº de UPAAS com contrato de gestão delegada AdeM→UPAAS assinado	Estatutos pendentes (prazo expirado Fev. 2026) 0 contratos de delegação AdeM→UPAAS	100% instrumentos aprovados (2027) 10/10 UPAAS com contrato de delegação (2028)	Boletim da República Relatórios Comissão Técnica Interministerial RADS AURAS	Aprovação tempestiva pelo MAEFP Retenção dos quadros técnicos das entidades extintas (FIPAG/AIAS/PRONASAR) durante a transição; cooperação activa na transferência de activos e contratos
Outputs / Produtos - Estatutos Orgânicos do FIPAAS e da AdeM - Directiva Ministerial Transitória - Mecanismo delegação AdeM→UPAAS definido nos Estatutos e Regulamento Interno - Mecanismo de delegação UPAAS→Operadores defenidos em instrumentos aprovados - IDER universal implementado (AURAS) - Planos de gestão da mudança implementado por instituições (FIPAAS, AdeM e UPAAS)	Data de publicação no BR Nº de UPAAS com contrato de delegação vigente Nº de sistemas cobertos pelo IDER	Nenhum output aprovado (2026)	Estatutos: Q3 2026 Directiva: Q2 2026 10 contratos de delegação: 2028 IDER: +5 800 sistemas (2031)	Boletim da República RADS AURAS Relatórios Comissão Técnica	Assistência técnica jurídica disponível Capacidade interna da AURAS para expansão regulatória

Hierarquia de Resultados	Indicadores	Linha de Base	Meta	Fonte de Verificação	Pressupostos / Riscos
Actividades 1. Aprovação da Directiva Ministerial Transitória 2. Aprovação dos Estatutos Orgânicos FIPAAS/AdeM e Quadros de Pessoal 3. Definição do mecanismo de delegação AdeM→UPAAS 4. Definição do mecanismo de delegação UPAAS→-Operadores 5. Extensão regulação AURAS + implementação IDER universal 6. Elaboração do Programa de Gestão de Mudança	Nº de marcos do Plano de Transição concluídos (de 22 previstos)	—	Conforme Plano de Transição (Meses 1–12) IDER universal: 2031	Relatórios mensais Comissão Técnica Interministerial RADS AURAS	Disponibilidade financeira para consultoria jurídica e gestão da mudança Compromisso político das tutelas sectoriais Contratação de consultorias especializadas em questões legais e em gestão da mudança
Pilar IV — Sustentabilidade Operacional e Financeira					
Impacto / Objectivo de Desenvolvimento Sector AAS financeiramente viável, com operadores urbanos a cobrir OPEX e a servir dívida de investimento	R/OPEX médio dos operadores urbanos principais NRW médio nacional	R/OPEX médio ≈ 1.16 () NRW médio 44% (2026)	R/OPEX ≥ 1,25 (2029) e 1,30 (2036) NRW médio ≤ 35% (2029) e 25% (2036)	RADS - AURAS	Estabilidade macroeconómica Ajustamentos tarifários aprovados pelo regulador sem reversão por razões políticas
Outcome / Resultado Intermédio UPAAS provinciais com desempenho financeiro e operacional mensuráveis e em melhoria progressiva	Nº de UPAAS com R/OPEX ≥ 1,0 % de UPAAS com plano de redução de NRW aprovado e em implementação	0 UPAAS operacionais (2026; entidades em criação) NRW 44% nos ROCs existentes (2026)	≥7/10 UPAAS com R/OPEX ≥ 1,0 (2031) 10/10 UPAAS com plano NRW em implementação (2028)	RADS AURAS Relatórios AdeM Contratos PBC/PBF	Transição ROC→UPAAS sem ruptura operacional Aprovação de ajustamentos tarifários pela AURAS Retenção de quadros técnicos especializados
Outputs / Produtos - Contratos PBC/PBF nos sistemas urbanos principais - Programa de redução de NRW - Modelo tarifário revisto e publicado (AURAS)	Nº de contratos PBC/PBF assinados Redução de NRW (%) TMR com indexação automática aprovada pela	0 contratos PBC/PBF (2026) TMR sem indexação simétrica Academia no FIPAG	≥5 sistemas principais com PBC/PBF (2029); todos os sistemas (2032) NRW: menos 15% (2031)	Resoluções tarifárias AURAS Relatórios AdeM RADS	Aprovação regulatória tempestiva Capacidade técnica de medição de NRW

Hierarquia de Resultados	Indicadores	Linha de Base	Meta	Fonte de Verificação	Pressupostos / Riscos
- Academia de Competências transferida para FIPAAS/AdeM	AURAS (S/N); variação anual face à inflação (%) Academia operacional no FIPAAS/AdeM		Revisão tarifária aprovada (2027) Academia transferida (2027)		
Actividades 1. Revisão do modelo tarifário (indexação simétrica; tarifa social) 2. Transferência da Academia de Competências FIPAG para FIPAAS/AdeM 3. Transição ROC→POC com contratos PBC/PBF vinculados a metas 4. Programa de redução de NRW; introdução de split CAPEX/OPEX	% contratos PBC/PBF negociados Nº de sistemas com medição activa de NRW Data publicação revisão tarifária	—	PBC/PBF: 2027–2029 Programa NRW: 2027–2031 Revisão tarifária: 2027 Academia: 2027	Relatórios AdeM Resoluções AURAS Relatórios trimestrais FIPAAS	Capacidade de negociação contratual Disponibilidade de consultoria técnica especializada
Pilar V- Financiamento Privado					
Impacto / Objectivo de Desenvolvimento Redução estrutural da dependência de financiamento público; Moçambique posicionado como destino de financiamento climático e privado para o sector da água	% de financiamento externo não público no investimento sectorial total	~0% financiamento não público (2026) FIPAAS sem acreditação ou rating	≥20% financiamento não público (2036) Acreditação GCF obtida (2030)	Relatórios FIPAAS Relatórios GCF MEF — Conta Geral do Estado	Estabilidade macroeconómica e fiscal Contexto internacional favorável a blended finance Qualidade das demonstrações financeiras FIPAAS (IPSAS)
Outcome / Resultado Intermédio FIPAAS operacional como plataforma de captação e gestão de financiamento público, climático e privado	Nº de instrumentos de *blended finance* estruturados Volume de capital privado mobilizado (USD M)	FIPAAS recém-criado sem portfólio (2026)	≥3 instrumentos blended finance (2032) ≥USD 100M capital privado mobilizado (2036)	Relatórios FIPAAS Base de dados MDB Relatórios GCF	Qualidade das demonstrações financeiras FIPAAS (IPSAS) Apoio técnico BM / IFC disponível

Hierarquia de Resultados	Indicadores	Linha de Base	Meta	Fonte de Verificação	Pressupostos / Riscos
Outputs / Produtos - Portfólio de projectos bancáveis (TIR, VAL, DSCR) - Quadro PPP e garantias MIGA/WBG operacionais - FIPAAS integrado em plataformas MDB (Mission Water, AUDA-NEPAD) - Acreditação GCF / FA e sistema MRV sectoria	Data acreditação GCF Nº projectos bancáveis Nº garantias emitidas Nº plataformas MDB integradas	0 em todas as categorias (2026)	≥5 projectos bankable (2031) ≥1 garantia MIGA (2032) Integração Mission Water (2028)	GCF Base de dados MIGA Relatórios FIPAAS WBG WSIP	Capacidade de reporte financeiro auditado Assistência técnica para desenvolvimento de projectos
Actividades 1 - Estruturação de portfólio de projectos bancáveis 2 - Desenvolvimento de portefólio de PPP, instrumentos *blended finance* e activação de garantias MIGA/WBG. 3 – Estabelecimento de Fundo de Primeira Perda 4 – Mobilização do FIPAAS nas plataformas MDB (Mission Water, AUDA-NEPAD) 5 -. Acreditação FIPAAS junto do GCF / FA; desenvolvimento sistema MRV sectorial 6 – Capacitação da AURAS para regulação e supervisão de PPPs (unidade especializada + metodologia aprovada)	Nº projectos em estruturação Nº negociações de garantia iniciadas Nº de marcos de acreditação concluídos; USD M no Fundo de Primeira Perda; Nº de doadores bilaterais comprometidos	—	*Blended finance*: 2028–2031 Garantias MIGA: 2030–2032 Projectos implementados de acordo com o programa e investimentos 5 PPPs até 2030 Mission Water: 2027–2028 Acreditação GCF: 2028–2030	Relatórios FIPAAS; GCF; WBG; MIGA	Capacitação das instituições do sector em PPPs e estruturação de instrumentos de financiamento Disponibilidade financeira para consultoria de acesso a fundos climáticos Compromisso político de alto nível nas PPPs

Anexos

Referência	Documento
Anexo 1	Programa de Investimentos por Pilar e por Província
Anexo 2	Arquitectura de Financiamento e Modelos de Mobilização de Recursos
Anexo 3	Quadro Lógico de Resultados (LogFrame)
Anexo 4	Fichas Informativas de Nível Provincial (10 Províncias)
Anexo 5	Condições Institucionais e Responsabilidades para Implementação do Compacto
Anexo 6	Preservação do Capital Humano e Institucional
Anexo 7	Alinhamento com Políticas Nacionais e Legislação Sectorial

Nota:

Os Anexos 2 a 7 constituem documentos técnicos de suporte ao Compacto e são apresentados em volume separado.


REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS,
HABITAÇÃO E RECURSOS HÍDRICOS
ProÁguaS
2026-2036
COMPACTO NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA
"Água para o Futuro Sustentável de Moçambique"
Organizador
MOPHRH
Parceiro
WORLD BANK GROUP
Patrocinadores
WaterAid
unicef

